



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 2– Organização e Representação do Conhecimento

O RECEBER E O ORGANIZAR: INTERFACES ENTRE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL E ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA

RECEIVING AND ORGANIZING: INTERFACES BETWEEN APPRAISAL OF RECORDS AND ARCHIVAL PROCESSING

Sonia Troitiño¹

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O presente trabalho se propõe a analisar o impacto ocasionado pelo processo de incorporações de arquivos paralelo ao de gestão documental, em unidades de informação. Hoje em dia, diante dos novos paradigmas de gestão e custódia documental, unidades de informação seguem adotando similarmente políticas de ampliação de seus acervos. Levando isso em conta, pretendemos neste espaço apresentar a proposta e desenvolvimento do projeto em curso “Relação entre custódia e tratamento documental: investigação sobre procedimentos arquivísticos de incorporação de acervos”, assim como os resultados alcançados pela pesquisa até o momento, com base nos estudos de caso desenvolvidos sobre o Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, e do Centro de Documentação e Memória da UNESP.

Palavras-chave: Avaliação Documental. Custódia. Tratamento Documental Arquivístico. Arquivos Históricos.

Abstract: *The present work considers to analyze the impact occurred for the parallel process of incorporations of archives to the one of documental management, in units of information. Nowadays, ahead of the new paradigms of management and documental custody, units of information similarly follow adopting politics of magnifying of its collections. Taking this in account, we intend this space to present the proposal and development of the project in course “Linkage between custody and documental treatment: investigation on archival procedures incorporating collections”, as well as the results reached for the research until now, on the basis of the developed studies of case on the Archive of the Institute of Brazilian Studies, the University of São Paulo, and the Center of Documentation and Memory of the UNESP.*

Keywords: *Appraisal. Custody. Archival Processing. Historical Archives.*

¹ Depto de Ciência da Informação, FFC/Unesp-Marília

1 INTRODUÇÃO

Para além da gestão documental, caminho natural para formação de acervos arquivísticos, os arquivos tradicionalmente sempre se valeram de processos paralelos de aquisição de conjuntos documentais definidos como de interesse social. Em decorrência, distintos procedimentos de entrada de documentos, tais como recolhimento, depósito, doação, compra, entre outras possibilidades, podem ser adotadas para o incremento de acervos em unidades de informação das mais diversas origens.

O trabalho ora apresentado é fruto do projeto de pesquisa *Relação entre custódia e tratamento documental: investigação sobre procedimentos arquivísticos de incorporação de acervos*, desenvolvido dentro do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Ciências e Filosofia da UNESP-Marília e auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Pesquisa-CNPq. Pesquisa essa que trata sobre os protocolos de trabalho empregados em arquivos, de modo a racionalizar os procedimentos adotados para a incorporação e disponibilização de acervos à sociedade. Embasados na teoria arquivística, especialmente no que tange temas como identificação e avaliação documental, focaremos nossa análise sobre os documentos recolhidos de forma paralela ao sistema de gestão documental, chamado por Ramón Alberch Fugueras (2003, p. 105-106) de *vía extraordinária* de incorporação de documentos.

Pretendemos aqui apresentar os primeiros resultados alcançados pelo projeto e, a partir deles, discutir sobre o impacto ocasionado nos procedimentos de organização e disponibilização de documentos nas instituições receptoras desses acervos. Para isso, serão estudados o Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP, Instituto de Estudo Brasileiros-IEB/USP e Centro de Documentação e Memória da UNESP-CEDEM. Assim, busca-se identificar e analisar os procedimentos de incorporação de documentos a arquivos permanentes, de modo a compreender como se conformam os repositórios arquivísticos institucionais e de como a eleição dos critérios de organização da informação sofrem influência, conforme sistema de recolhimento empregado.

A questão da custódia apresenta-se como ponto fulcral da reflexão, pois a partir dela e dos preceitos teóricos da Arquivologia são estabelecidos os protocolos do trabalho a serem adotados no momento de acolhimento de um novo acervo, principalmente em relação à

organização da informação, por meio do estudo das tendências assumidas por instituições arquivísticas na atualidade.

O sistema de avaliação de acervos configura-se como outro ponto a ser explorado. Quando fruto da gestão de documentos, os parâmetros adotados costumam ser claros e bem estudados. No entanto, quando provenientes de origens diversas (arquivos pessoais, familiares ou coleções), os referenciais adotados para avaliar e valorar documentos normalmente não possui regras ou procedimentos metodológicos tão rígidos quanto os arquivos institucionais.

2 IMPLICAÇÕES DA CUSTÓDIA E FORMAÇÃO DE ACERVO

Do aleatório ao regrado, o momento de incorporação de novos fundos ou coleções pode ocasionar impacto nos sistemas de organização e acesso já estabelecidos em um arquivo permanente. O que em um primeiro momento pode parecer uma transferência tranquila de documentos, representa obrigatoriamente replanejamento logístico, muitas vezes classificatório, e dinamismo dos instrumentos de pesquisa existentes.

Nesse panorama, a questão da custódia ganha destaque. Entre a propriedade e a guarda temporária existem diversas possibilidades de responsabilidade legal sobre um acervo. Definir o status jurídico ao qual se encontra sujeito acaba por determinar, em larga medida, os procedimentos de tratamento arquivístico sobre o conjunto documental agregado, por parte da instituição custodiadora. Em geral, acervos cuja guarda é temporária são submetidos a protocolos de trabalho distintos aos dos incorporados sob guarda definitiva determinada.

O debate aqui posto iniciou-se com a discussão tratada no projeto de pesquisa *Estudo Comparativo de Funções e Atividades em Instituições Análogas: a produção de inventários post-mortem nos Juízo Ordinário e Juízo de Órfãos*, desenvolvido entre 2011-2013. Trabalho no qual procuramos compreender o contexto de produção documental, a tramitação impingida pela burocracia e as etapas do ciclo vital, acompanhando as mudanças da estrutura administrativa, em conjunção com a produção documental de um mesmo tipo documental de distintas proveniências. Buscava-se assim entender se a origem do documento interferia no modelo documental representado pelo tipo. O que pode ser percebido ao longo dessa pesquisa é que a incorporação de acervos de modo não planejado gera ônus ao sistema de organização documental dos arquivos. Algumas vezes, como nos casos dos fundos acima citados, os princípios de proveniência e integridade arquivística são rompidos, levando a descontextualização funcional da documentação (TROIÑO, 2012).

No esteio dessa constatação, diversos questionamentos emergiram. No entanto, um se apresentou latente: ao se transferir a custódia de um fundo, o fator referencial tomado por proveniência pode sofrer prejuízo? Esse ponto é crucial, pois essa constatação afeta todo o sistema classificatório e organização arquivística decorrente. Apenas para exemplificar uma das possíveis ocorrências, essa questão fica bem evidenciada quando se verifica a confusão ocasionada entre fundos privados de pessoas públicas e documentação de origem pública.

Compreender a forma como se procede a avaliação no sistema extraordinário de incorporação de documentos, identificando valores, representatividade do conjunto documental e os distintos mecanismos empregados para a aquisição de acervos, pode ser esclarecedor dos recursos organizacionais empregados nas etapas posteriores de tratamento documental.

Um ponto a ser considerado para a reflexão aqui proposta são as instituições escolhidas como objeto de estudo. A eleição se deu pelo interesse em analisar os procedimentos de instituições arquivísticas de distintas naturezas e esferas no que tange as suas políticas de constituição de acervos, organização e disponibilização da informação. Nesse intuito, estudar os sistemas de incorporação de documentos de instituições de referência na área de arquivos, que vem trabalhando sob os preceitos teóricos da Arquivologia e, simultaneamente, possui políticas de aquisição de acervo pró-ativas, revela-se bastante esclarecedor, além de estimular o debate sobre o tema.

Com esse intuito, foram selecionadas três instituições arquivísticas com expressiva presença no cenário nacional, seja em relação ao patrimônio que preservam, seja em relação à atuação no campo da organização de arquivos: o Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP, o Instituto de Estudos Brasileiros-IEB e o Centro de Documentação e Memória da UNESP-CEDEM.

Vale mencionar que a opção por analisar instituições públicas com acervo arquivístico tem sua justificativa na própria natureza das mesmas. Instituições particulares, ainda que em teoria sigam critérios e regras considerados universais da Arquivologia e adotem procedimentos semelhantes de incorporação de acervos, podem estipular restrições em relação ao acesso. Particularmente, nos interessa o público, o comum, a informação compartilhada por direito.

2.1 Sobre a Noção de Custódia

Tradicionalmente a ideia de custódia sobre um acervo arquivístico remete ao zelo pela documentação enquanto bem, englobando a responsabilidade pela preservação física, pelo acesso e, não raramente, o cuidado sobre o uso feito de seu conteúdo informacional, em termos legais.

Na atualidade, novas formas de custódia ganharam espaço e desvincularam a guarda do documento da propriedade sobre ele. Maria Luisa Conde Villaverde (2007) problematiza a dinâmica do atual contexto político-econômico afirmando que parte das causas motivadoras da atual tendência em se terceirizar a guarda de documentos deriva da própria sociedade da informação, assim como também da influência direta do mundo das empresas privadas no modelo de “nova gestão pública”.

Nesse contexto, novos paradigmas, como o pós-custodial, surgem fomentando tendências de mercado. Contudo, nem sempre correspondem ao conceito em si de custódia, ainda que, de uma forma ou de outra, incitem a adoção de medidas em nome do emprego de uma “boa gestão administrativa”.

Desde os anos 1980 a ideia de era pós-custodial, por muitos considerada manifestação pós-modernista na Arquivologia, tem ganhado adeptos e sido amplamente divulgada. Surge em resposta à linha tradicionalista, que tem como um de seus grandes autores Sir Hilary Jekinson (1922), mas que acaba por colocar em cheque também linhas mais contemporâneas como a representada pela americana *Record Management* e sua contra-resposta, a canadense *Arquivística Integrada* – ambas amplamente enraizadas na abordagem patrimonialista de arquivos, apesar das visões inovadoras que introduzem.

Ao se referir à tendência pós-custodial, Terry Cook (1993) comenta que a realidade do arquivista é frequentemente lógica e funcional, ao invés da física. Posição, em larga medida, fomentada pela emergência da produção de documentos eletrônicos. Essa abordagem desloca o foco da percepção do profissional arquivista como curador de um acervo físico, para o entendimento de um novo profissional com perfil de gestor da informação.

Os expoentes da Arquivologia portuguesa, Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro, em diversos de seus trabalhos, escritos em conjunto ou individualmente, há alguns anos se colocam em oposição à visão tecnicista e patrimonialista derivada da abordagem científica e a favor da abordagem pós-custodial de arquivos. Argumentam que diante da atualidade a primeira visão demonstra-se obsoleta em frente à dinâmica mundial de produção e difusão de informações, apontando assim uma *viragem do paradigma* (SILVA; RIBEIRO, 1999).

No final dos anos 90, a corrente a australiana *Record Continuum* desponta discutindo a abordagem adotada para o reconhecimento de valores, uso e pertinência da custódia de documentos. Surge em oposição à abordagem estanque e linear proposta pelo *Ciclo de Vida dos Documentos* e se contrapõe as dicotomias apresentada pela corrente americana (records *versus* archives) e a seus profissionais correspondentes (records managers *versus* archivists). Para esse modelo teórico, a gestão documental deve ser contínua e integral, ocorrendo em todo o ciclo de vida do documento. A integração deve acontecer, então, no eixo tempo-espço (UPWARD, 1996).

Na contramão dessas tendências, algumas iniciativas de cunho prático em âmbito mundial, amplamente enraizadas no viés patrimonialista, têm surgido e incentivado a preservação física de acervos. Talvez duas das expressões mais emblemáticas possam ser representadas pelo *Programa Memória do Mundo* da UNESCO por um lado, e pelo outro pela ONG *Archiveros sin Fronteras*.

Do mesmo modo, a corrente *Total Archives* surge trazendo uma nova proposta, na qual arquivos de origem não pública devem ser preservados de igual modo pelo Estado, por serem tão representativos da sociedade quanto qualquer outro (MILLAR, 1998). Configura-se como uma estratégia visando à combinação de arquivos administrativos oficiais com outros de origem privada, de modo que se complementem. (PEARCE-MOSES, 2005)

Diante da atual conjuntura, é fundamental ter clara a diferença entre custódia física e custódia legal. Ligada a fins de preservação da integridade física dos documentos e acessibilidade ao conjunto de informações registrado, cada vez mais a custódia física se faz de forma independente da responsabilidade legal sobre a documentação. Em contrapartida, a custódia legal vincula-se à posse e à responsabilidade pela criação de políticas governamentais de acesso ao material, independentemente de sua localização física (PEARCE-MOSES, 2005).

Apesar da forte tendência de desvinculação, ainda hoje não é raro que a custódia física e a custódia legal andem emparelhadas, muitas vezes tendo seus conceitos mesclados. Evidentemente, que a custódia física de documentos implica necessariamente em responsabilidade jurídica, porém uma responsabilidade vinculada à garantia de guarda e proteção de arquivos, independentemente do vínculo de propriedade (CUNHA, 2008).

Normalmente, as correntes da Arquivologia a qual nos referimos, assim como os estudos dela derivados voltam-se para a abordagem sistêmica de arquivos provenientes da administração de entidades. Dessa forma, são raras as pesquisas que discutem a questão da avaliação e recepção de documentos de outras origens sob esses vieses teóricos.

3 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E SUAS POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DE ACERVOS: interface com a organização da informação

Recentemente, no estado de São Paulo, o Decreto nº 60.145 de 11 de fevereiro de 2014, dispôs sobre o recolhimento de documentos de guarda permanente, produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional, para a Unidade de Arquivo Público do Estado, da Casa Civil. Além, de determinar o recorte temporal, findo em 31/12/1940, utilizado para definir os arquivos, fruto de gestão documental, submetidos à avaliação, também dedica o artigo 2º, inciso IV, ao estabelecimento da condição prévia para a incorporação de acervos de origem privada ao Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP.

Esse decreto – em larga medida fruto dos encontros do grupo paulista para a revisão da Lei nº 8159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e para a I Conferência Nacional de Arquivos (2011) – busca regulamentar o sistema de incorporação de documentos fora do sistema de gestão documental do estado. Revela-se assim, pela primeira vez, a oficialização de uma política pública para a aquisição de arquivos por parte do governo executivo de São Paulo. Isso não significa que anteriormente, não houve iniciativas para a aquisição de acervos, muito pelo contrário. Costumeiramente o APESP, desde sua criação em 1892, pelo Decreto nº 30, sempre buscou incrementar seu próprio acervo com documentos nem sempre produzidos pela administração pública. Como exemplo, podemos citar, já em 1899, a Lei nº 666, de 6 de setembro, que determinou que fosse recolhida ao Arquivo Público do Estado de São Paulo toda a documentação anterior ao século XIX pertencente a cartórios do judicial paulista; e, mais recentemente, desde a década de 1980, o programa *Memorial dos Governantes*, voltado para reunir dentro do APESP arquivos pessoais dos principais dirigentes políticos do estado de São Paulo.

Contudo, neste artigo em particular, faremos nossa reflexão a partir dos estudos de caso do IEB e do CEDEM, unidades de informação vinculadas a universidades, custodiadoras de importantes fundos e coleções de origem privada e muito proativas na captação e incorporação de novos acervos de valor histórico e social. Dessa forma, foram levantados dados referentes a essas duas instituições, especialmente em relação à missão institucional e formação de acervo. O levantamento de informação se deu por meio de visitas técnicas, entrevistas com técnicos e responsáveis, consulta aos arquivos administrativos e leitura de bibliografia específica.

3.1 Centro de Documentação e Memória da UNESP

O Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – CEDEM/UNESP é criado em 1987 a partir da iniciativa de um grupo de pesquisadores de humanas que, preocupado com a preservação de documentos e memória histórica da UNESP, elaborou a concepção de um centro de documentação e memória para a universidade – momento de fundamentação dos marcos de referência que ainda perduram. Surgia o CEDEM, em larga medida, moldado a partir da idealização de um Núcleo de Memória Universitária, mas também, naquela ocasião, com a ideia de se constituir núcleos específicos sobre a memória paulista e sobre documentação regional (UNESP, Processo nº 595/87). Da concepção à concretização, ajustes ao projeto inicial fizeram-se necessários e os núcleos sobre memória paulista e documentação posteriormente deram lugar a acervos sobre a memória de movimentos sociais.

Abriu-se então um novo leque de possibilidades, diante da ampliação da linha de atuação que definia o CEDEM. Se originalmente fora concebido para gerar e abrigar documentos sobre a história da universidade, e assim atuar em prol da preservação de seus arquivos, ao aceitar documentação com origem distinta à instituição a qual está vinculada, se reinventa.

Esse processo é iniciado em 1994, com a entrada da totalidade de acervos de outras instituições, como a do Partido Comunista Brasileiro - PCB, do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro - ASMOB/IAP e o Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa - CEMAP, por meio de convênio estabelecido. A partir desse momento, o CEDEM começa a acolher arquivos sobre movimentos sociais de diversas origens e condições jurídicas – doação, depósito, compra (CAMARGO, 2008).

Durante décadas, os critérios adotados para a incorporação de acervos se deram de modo “espontâneo”, condicionado a avaliações sem protocolos ou metodologia explicitados. Em 2015, foi definida uma *Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos* (CEDEM, 2015), por meio de documento próprio, o qual passou a servir de norteador de todas as atividades de expansão do acervo da instituição.

3.2 Instituto de Estudos Brasileiros da USP

Idealizado e criado pelo renomado historiador Sergio Buarque de Holanda, o Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, surge em 1962 com o objetivo de estudar a sociedade brasileira em seus múltiplos aspectos, constituindo por um lado um centro de pesquisa (adquirindo acervos e estimulando investigações) e, por outro, promovendo atividades acadêmicas, como cursos, eventos e publicações (SANCHES, 2011).

Institucionalmente, o IEB entende que documentação e pesquisa são indissociáveis (USP, 2010). Assim, tanto a formação do acervo do instituto, quanto as pesquisas desenvolvidas por seu corpo docente, alunos e pesquisadores vinculados fazem parte da missão institucional. Dessa forma, grandes esforços foram empregados para a garantia dessa vocação. Em sua concepção original, Sergio Buarque de Hollanda idealizou como um órgão multidisciplinar e multitemático especializado nos estudos sobre o Brasil. Segundo Caldeira (2002), o historiador pretendia renovar os estudos sobre a História do Brasil na USP, a partir de uma perspectiva multidisciplinar, grande novidade para a época. Assim, a ideia da constituição de um acervo voltado para essa finalidade, que fomentasse pesquisas nesse eixo temático, se confundiu inicialmente com a constituição de uma grande Coleção Brasileira.

Se originalmente o IEB constituiria uma grande Brasileira, por meio da reunião de diversos acervos com esse perfil, com as mudanças de gestão e corpo de pesquisadores, o foco de interesse institucional se voltou para arquivos de escritores principalmente, mas também de artistas das mais diversas origens vinculados ao movimento modernista brasileiro (USP, 1997). Assim, na atualidade o IEB tem sob sua responsabilidade a guarda e preservação de um significativo conjunto de fundos e coleções de importantes personalidades brasileiras, tais como Mario de Andrade, Graciliano Ramos, Fernando Azevedo, Anita Malfatti, Camargo Guarnieri, João Guimarães Rosa, entre outros, distribuídos entre o Arquivo, a Biblioteca e a Coleção de Artes Visuais da instituição— as três grandes divisões adotadas para tratamento documental.

A Universidade de São Paulo, anteriormente à criação do IEB, em 1935, já havia adquirido pelas mãos do então diretor do Departamento de Cultura, Mario de Andrade, a destacada Coleção Alberto Lamago. Durante décadas, essa coleção, considerada a primeira brasileira a ser constituída, ficou sob responsabilidade da Biblioteca da então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras-FFCL. Unindo a importância da coleção Lamago à oportunidade de compra de outra significativa brasileira, a Coleção Yan de Almeida Prado, argumenta

Sérgio Buarque de Holanda “[...] *que esta biblioteca [a de Yan de Almeida Prado] juntamente com a Lamego da FFCL, será um sólido ponto de partida para a estruturação de um grande centro de estudos de alto nível que honrará e dará maior renome internacional à Universidade de São Paulo [...]*” (Processo RUSP nº 15537/62, apud CALDEIRA, 2002, p.99-100).

Com a proposta de reunir acervos de valor histórico existentes no âmbito da universidade e de fora dela também, é criado o IEB. Proposta essa que já dizia respeito a uma ação estratégica, no sentido de reunir importantes fontes de pesquisa que subsidiassem suas próprias investigações e simultaneamente agregassem prestígio a universidade e seus aparelhos.

Tem início então uma atuação crescente de captação de acervos externos à universidade que perdura, inclusive, na atualidade. Segundo Caldeira (2002), o ingresso de acervos no IEB por doação é predominante, tendo sido continuamente crescente ao longo das décadas, com ênfase no período 1990-1997. Entretanto, também pudemos perceber grande presença de conjuntos documentais incorporados por compra ou legado (USP, 1997).

3.3 Semelhanças e dissonâncias

Tanto o IEB, quanto o CEDEM foram constituídos administrativamente de modo a alcançarem determinada autonomia em relação à estrutura universitária – evidentemente, dentro dos limites do possível –, por isso estão vinculados a níveis hierárquicos superiores.

No caso do CEDEM, ainda que criado com espaço físico determinado, acervo documental crescente, equipamentos e infraestrutura adquiridos com a finalidade de proporcionar preservação e acesso à documentação, somente foi institucionalizado em 2003, em nível de Coordenadoria, vinculado diretamente a vice-reitoria (Resolução UNESP nº 96/2003).

No projeto de criação do IEB, consta que este deveria ser vinculado diretamente a FFCL, ao invés de algum departamento específico. Contudo, em seu ato de criação, efetivado pelo Decreto Estadual Paulista nº 40.346 de 7 de setembro de 1962, que aprovou os Estatutos da USP, é criado em nível de Instituto Universitário, com administração própria e supervisionada pela Reitoria (Arts. 4º e 5º). O atual regimento explicita que o IEB é um órgão de Integração da USP, constituindo Instituto Especializado (Resolução RUSP nº 5.831/2010).

Tal posição hierárquica nos quadros das universidades proporciona reconhecimento interno, enquanto centros responsáveis por preservar importantes documentos históricos de

interesse social, portanto prestígio agregado à missão universitária – em suas três modalidades: ensino, pesquisa e extensão. Da mesma forma, no âmbito universitário, lhes é inferido certo valor referencial em relação ao tratamento arquivístico de documentos.

Por meio da análise da totalidade dos acervos, feita com base em visitas técnicas, consulta a instrumentos de pesquisa e relatos dos responsáveis pelos arquivos, notamos que em ambas as instituições os perfis dos conjuntos documentais captados acompanham os interesses da gestão ou do grupo de pesquisadores constituintes do centro, no período da aquisição, ao invés de serem determinados pela linha de acervo da instituição. Na verdade, a atuação desses grupos conforma a linha de acervo, chegando a alterá-la, de acordo com os interesses envolvidos.

No IEB, centro multidisciplinar, o deslocamento de interesse da reunião de documentos que refletissem uma grande brasiliana para a formação de um arquivo voltado para o modernismo brasileiro – de certo modo, adequação parcial ao conceito de brasiliana, – foi reflexo dos interesses de gestões e de pesquisadores atuantes em distintos momentos.

Do mesmo modo, essa tendência pode ser igualmente verificada no CEDEM. Nascido originalmente para abrigar além do núcleo de memória universitária, núcleos sobre memória paulista e documentação regional, ao agregar a temática “movimentos sociais de caráter político” como área de interesse, dividindo espaço com a linha de atuação “memória universitária”, exclui definitivamente do projeto os núcleos de memória paulista e documentação regional – que, efetivamente, nunca foram constituídos por falta de pesquisadores que os promovessem.

Tanto o IEB, quanto o CEDEM recentemente estabeleceram e consolidaram políticas de formação de acervo, por meio da elaboração de documentos oficiais: Critérios para incorporação de acervos ao IEB/USP (2008); Política de Acervo para o IEB (2010); e Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos (CEDEM, 2015).

No relato de ambas as instituições, a adoção de uma política norteadora para a formação de acervo se revelou divisores de águas. Para o IEB, quando questionado se o emprego de medidas rígidas de seleção e incorporação de acervos resultou em queda da oferta de documentação à instituição, a resposta foi negativa. Antes o contrário, segundo o exposto em depoimento coletado, o emprego de critérios e procedimentos claros e transparentes de avaliação de documentos de interesse histórico-cultural agregou credibilidade ao próprio instituto, assim como aos conjuntos documentais por ele abrigados.²

² Entrevista realizada com a supervisora do Arquivo do IEB, Elisabete Marin Ribas, em 03/08/2016.

No caso do CEDEM, nos poucos meses de vigor da política (estabelecida em novembro de 2015), o que se pode notar é que pela primeira vez há regras claras para a incorporação de acervos – antes decidido de forma particularizada pela coordenação ou por iniciativa pontual de funcionários. Com a adoção da política, foi dada voz ao corpo técnico, que se manifesta por escrito sobre a pertinência ou interesse do conjunto documental ofertado, a fim de instrução do processo para deliberação do Conselho Consultivo do Centro de Documentação. Houve também a consideração que a política, em determinados casos, como o de conjuntos documentais menores, é um excesso de burocratização do sistema, segundo percepção pessoal.³

No que se refere ao tratamento técnico documental, as duas instituições apresentam propostas e histórico de intervenções bem diferentes, que transparecem não somente em seus instrumentos de pesquisa, mas também nas formas de acesso à documentação.

O IEB, em geral, sempre recebeu conjuntos documentais bem definidos, em sua maioria arquivos pessoais, mas também algumas coleções com procedência bem documentada e raras transferências de propriedade. Durante muitos anos, utilizou como metodologia para a organização arquivística, o clássico modelo de organização de arquivos pessoais do CPDOC-FGV (1994). Mais recentemente, vem trabalhando com experimentação e desenvolvendo metodologia própria para a organização de arquivos pessoal, muito pautada na análise documental e categorização a partir da história de vida dos titulares.

No caso do CEDEM, talvez por custodiar documentos provenientes de movimentos sociais com caráter político, muitas vezes reunidos na clandestinidade, perdidos e recuperados diversas vezes, com passagem por vários titulares, apresentando elevado grau de dificuldade na identificação da proveniência e ordem original, são tratados de forma articulada, entre fundos e coleções, agrupados fisicamente por critérios variados – em geral espécie ou gênero documental (periódicos, cartazes, fotografias, livros, documentos textuais, audiovisual, etc.). Contudo, a informação sobre a procedência sempre é preservada na descrição ou base de dados correspondente. Ainda que não utilize o modelo de sistema de séries elaborado por Peter Scott (1966), certas opções metodológicas às vezes podem lembrar, mesmo que vagamente.

3. RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

A noção arquivística de organização documental está intimamente ligada ao processo de contextualização histórico-administrativo do fundo, sendo esta uma questão quase pacífica

³ Entrevista realizada com a historiógrafa do CEDEM, Jacy Machado Barletta, em 05/08/2016.

entre os diversos pesquisadores ou profissionais que trabalham em arquivos. Contudo, o que raramente se discute são os distintos parâmetros possíveis a serem adotados na fase de contextualização informacional da organização de documentos.

O modo como o arquivo é avaliado deve obrigatoriamente levar em consideração distintos elementos: 1) proveniência; 2) completude enquanto conjunto orgânico de documentos ou de informações; 3) caracterização das espécies e tipos documentais; 4) conteúdos informacionais; 5) histórico do titular ou a história administrava que o impregna; e 6) história arquivística. Todos critérios fundamentais no processo de organização arquivística que obrigatoriamente devem aparecer no momento da avaliação e valoração de um acervo a ser incorporado por uma instituição de guarda de documentos.

Estabelecer critérios de análise que levem em conta a origem dos documentos faz-se imprescindível para a contextualização funcional da produção documental. Se o trabalho de organização de fundos arquivísticos deve necessariamente passar pelo entendimento das causas que motivaram a criação dos documentos, o reconhecimento de seus valores sociais, históricos e testemunhais também. Por isso, a produção documental deve ser considerada nas avaliações de documentos, mesmo no sistema extraordinário de recolhimento. Assim, torna-se possível a identificação de referenciais a serem utilizados posteriormente, para o agrupamento de informações e documentos nos distintos níveis hierárquicos nos quais se encontram alocados, dentro de um plano de classificação arquivística capaz de evidenciar a organicidade inerente ao arquivo.

Nesse processo, a Identificação Documental assume papel preponderante e determinante, por se encarregar de fornecer os subsídios metodológicos necessários para o reconhecimento do valor do conjunto de documentos. Assim como Ramón Alberch Fugueras (2003), entendemos que a Identificação Documental é inseparável da avaliação documental, que tem justamente como objeto preferencial de sua análise as séries e os tipos documentais.

Ambas constituyen necesariamente un paso previo ineludible para proceder de manera coherente a la clasificación, descripción, y recuperación de los documentos y de la información. Así, pues, nos encontramos con que la identificación se convierte en el inicio de un proceso secuencial que hay que vincular – estrecha y especialmente – a la evaluación y clasificación, ya que necesita conocer (es decir, identificar y caracterizar) los fondos y las secciones, las subsecciones, las series y las tipologías documentales y, en último término, los expedientes ya las unidades documentales. (FUGUERAS, 2003, p. 109)

Dessa forma, desempenha papel importante para a organização arquivística, possibilitando um trabalho com maior eficiência, já que a partir dela é possível subsidiar as etapas posteriores a sua própria aplicação, como a classificação, avaliação, descrição, entre outras. (TROITIÑO; FONSECA, 2016)

Segundo Ana Célia Rodrigues (2008), a identificação documental se destaca no tratamento de documentos de arquivo, por colaborar para a compreensão da natureza dos arquivos, de suas particularidades e viabilizar a contextualização informacional. Dessa forma, ao pensar na preservação de arquivos pessoais – grande parcela dos acervos custodiados pelas instituições aqui estudadas – deve ser levada em conta a origem da documentação, modos de produção e acumulação de documentos, trajetória do acervo e diversidade tipológica dos registros.

Arquivos pessoais constituem fontes valiosas de pesquisa por serem capazes de refletir aspectos da realidade social não contemplados por fundos institucionais, por serem normalmente regidos pelas normas do direito administrativo. Revelam-se assim, mais próximos do viver e atuar em sociedade. Essa compreensão passa pelo entendimento dos tipos documentais e das relações orgânicas que permeiam a documentação de ordem pessoal, como elementos cruciais para o seu reconhecimento enquanto arquivo.

A Identificação Documental também pode contribuir para o reconhecimento dos tipos documentais em razão de possibilitar a análise tanto individual, quanto articulada das unidades documentais dentro de seu conjunto orgânico de origem, revelando além das características próprias de cada registro, elementos do contexto de acumulação e guarda bastantes significativos para a compreensão da constituição do fundo (TROITIÑO; FONSECA, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste artigo fazer algumas considerações introdutórias com base nos preceitos da Arquivologia sobre a questão de incorporação de documentos com informações de valor histórico a unidades de informação, paralelamente ao sistema ordinário de transferência de documentos, feito por meio da gestão de documentos. Documentos oriundos de diversas origens que não a administrativa da instituição que os receberá, ao serem avaliados e recolhidos, de certa forma são institucionalizados. Esse é um dado significativo, pois agrega sentidos novos ao conjunto de documentos, especialmente por conviverem outros arquivos ou coleções

pertencentes à mesma linha temática.

Neste trabalho, com base no estudo de caso do IEB e do CEDEM, foram feitas reflexões sobre a questão de avaliação dentro e fora de políticas de incorporação de acervos estabelecidas; e como a documentação incorporada se articula com a totalidade do acervo custodiado pela instituição. Importa dizer, que esta é uma investigação em curso. Assim, não consideramos os aspectos aqui analisados como uma discussão encerrada, mas antes uma reflexão de valor introdutório ao tema e que ainda há muito para se explorar.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Marta Rosseti (coord.). **ABC do IEB. Guia Geral do Acervo**. São Paulo: IEB/EDISP, 1997.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **IEB: origem e significados. Uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAMARGO, Célia Reis(org.). **Guia do Acervo – Cedem**. São Paulo: Cedem/UNESP, 2008.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados. 2 ed. Rio de Janeiro: 1994.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa. Un Aspecto de La Privatización de los Servicios Públicos. **Arquivo & Administração**. RJ: AAB, 2007. p. 51-63.

COOK, Terry. The Concept of the Archival Fonds in the Post-Custodial Era: Theory, Problems and Solutions. **Archivaria**, [S.l.], jan. 1992. ISSN 1923-6409. Disponível em <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11882/12835>>. Acessado em 10 Ago. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; e CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

FUGUERAS, Ramón Alberch. **Los archivos, entre la memoria historica y la sociedade del conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

JENKINSON, HILARY. **Manual of archive administration**. Oxford: Claredon Press, 1922.

MILLAR, Laura. Discharging our Debt: The Evolution of the Total Archives Concept in English Canada. **Archivaria**, [S.l.], jan. 1998. ISSN 1923-6409. Available at: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12677>>. Date accessed: 08 Aug. 2016.

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. SAA, 2005. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/index.asp>. Acessado em 07 ago. 2016.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo, 2008. Disponível em:<www.teses.usp.br/teses/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 27 de jan. 2013.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. **Soc. estado**. Brasília, v.26, n.1, p.241-259, abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Julho 2016.

SCOTT, P. The Record Group Concept: A Case for Abandonment. **The American Archivist**: October 1966, Vol. 29, No. 4, pp. 493-504.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Julio; REAL, Manuel Luís: Arquivística. **Teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

TROITIÑO, Sonia. Cuestiones en torno a la transferencia de la custodia de los documentos entre archivos públicos. **Ibersid: Revista de sistemas de información y documentación** (Zaragoza, Espanha), v. 6, p. 127-133, 2012. ISSN: 1888-0967

TROITIÑO, Sonia; Fonseca, Gabrieli Aparecida da. A aplicabilidade da identificação documental em arquivos pessoais: uma reflexão. // **Ibersid: Revista de sistemas de información y documentación**. 10:1 (2016) 33-40. ISSN 1888-0967.

UNIVERSIDADE DE São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. ABC do IEB: guia geral do acervo. São Paulo: Edusp, 1997.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. Critérios para Incorporação de acervos ao IEB, 2008. In: **Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB, 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Brasileiros. **Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB, 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. Política de Acervo para o IEB, 2010. In: **Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. CEDEM. **Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos**. São Paulo: CEDEM, 2015. 8p. Não Publicado

UPWARD, Frank. Structuring the Records Continuum - Part One: Postcustodial principles and properties. In: **Archives and Manuscripts**, 24 (2), 1996.